



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023**

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, Estado de Sergipe, instituída pela Portaria conforme consta nos autos do processo, em atendimento às disposições legais, torna público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir:

OBJETO: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, para atender a rede municipal de ensino do município de Laranjeiras, conforme condições, quantidades e exigências no Anexo I – Termo de Referência do edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO: 17/01/2024, às 09h, através da plataforma: <https://www.licitanet.com.br/>.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Na licitação para registro de preços não é necessária indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 30/2020 (Pregão Eletrônico) e Decreto Municipal nº 31/2017 (Registro de Preços), e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação vigentes.

INFORMAÇÕES: O Edital, e informações complementares, encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Sagrado Coração de Jesus nº 90, Centro, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07:00hs às 12:00hs, ou através do site <https://laranjeiras.se.gov.br/> no link licitações ou através do e-mail: licitacao@laranjeiras.se.gov.br / laranjeiraslicitacao@gmail.com ou na plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.

Laranjeiras, 29 de dezembro de 2023.

Livya Lays dos Santos
Pregoeira Oficial

registro de preços não é necessária indicação da
orçamentária, que somente será exigida para a formalização
do contrato ou outro instrumento hábil.
BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 30/2020 (Pregão Eletrônico) e Decreto Municipal nº 31/2017 (Registro de Preços), e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação vigentes.